



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA

ATA DA CENTO E OITENTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

1 Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze realizou-se a Centésima octogésima Reunião Ordinária do
2 Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA, no Auditório do SEMA, situada à Avenida Borges de Medeiros, 261,
3 15º andar, com o início às quatorze horas e trinta e quatro minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sra.**
4 **Maria Patrícia Mollmann**, Presidente do CONSEMA e representante do SEMA; **Sr. Walter Alexandre Rizzo Fichtner**,
5 representante Suplente da FIERGS; **Sr. Eduardo Osório Stumpf**, representante Titular, do Fórum Gaúcho dos Comitês
6 de Bacias Hidrográficas (FGCBH); **Sra. Lisiane Becker**, representante Suplente da ONG Mira-Serra; **Sra. Maria do**
7 **Socorro Ramos Barbosa**, representante do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional-SEPLAG; **Sra.**
8 **Marion Luiza Heinrich**, representante Titular da FAMURS; **Sr. Rafael Volquind**, representante Suplente da FEPAM; **Sr.**
9 **Manuel Christoph Strauch**, representante Titular da UPAN; **Sr. Rogério Maciel da Silva e Sr. Alberto Nierderauer**
10 **Becker** representante do Secretário de Segurança Pública-SSP; **Sr. Guilherme Velten Junior**, representante Suplente
11 da FETAG; **Sr. Artur Lemos**, representante do Secretário de Minas e Energia-SME; **Sra. Mônica Marlise Uliggers**,
12 representante do Secretária da Cultura-SEDAC; **Sr. Fernando Hartmann**, representante Suplente da SERGS; **Sr.**
13 **Paulo Toledo da Luz**, representante da Secretário de Transporte e Mobilidade-STM; **Sr. Ivo Lessa**, representante da
14 FARSUL; **Sra. Katiane Roxo**, representante Suplente da FECOMÉRCIO; **Sr. Antônio Carlos Green Rivaldo**,
15 representante do Secretário da Agricultura e Agropecuária; **Sr. Alberto Rossi**, representante do Secretário do
16 Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia- SDECT e **Sr. Mauricio Vieira de Souza**, representante do IBAMA;
17 **Sra. Luiza Helena Zogbi Loutra**, representante do Secretário de Obras, Saneamento e Habitação-SOSH; **Sra. Lucia**
18 **Beatriz Lopes Ferreira Sagot e Sra. Tânia M.S Wilhelms**, representante do Secretário da Saúde-SES; **Sra. Ana**
19 **Lucia Pereira Flores Cruz**, representante Titular do SINDIÁGUA e **Sr. José Homero Finamore Pinto**, representante
20 Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA-RS; . Participaram também o Sr. José Luis Rosa-SSP,
21 Sr. Luiz Elody Lima Ferreira e Nicole Escouto Fontenele-Amigos da Floresta, Sr. Israel Alberto F-UPAN e Sr. Valtemir
22 Goldmeia-SEMA. Após a verificação do quórum a Senhora Presidente deu início aos trabalhos. **Sra. Maria Patrícia**
23 **Mollmann-SEMA**: “Boa tarde, vamos dar inicio a nossa reunião ordinária de nº 180, já contou quórum, peço que ergam
24 seus crachás, podemos começar, temos quórum aqui, começando então aqui pela ordem, peço se vocês dispensam a
25 leitura da ata da reunião anterior, podemos dispensar? Nas comunicações não temos nada, o que foi pelo e-mail na
26 verdade foi alguns, os ofícios que eu tenho recebido, em geral enfim como pleito do ao CONSEMA, vocês tem
27 observado que eu tenho encaminhado pelo e-mail a todos os conselheiros né? Então a ideia da ciência, se algum
28 conselheiro quiser trazer alguns desses fatos como ponto de pauta enfim, a ideia é sempre tornar publico tudo o que
29 chega ao CONSEMA, foi dois do SINDUSCON. **Sr. Walter Alexandre Rizzo Richter-FIERGS**: “ Mas aquele assunto
30 que eu te falei, colocar na pauta ou não?” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA**: “Na ordem do dia a gente coloca sim,
31 com relação à ata tem alguma retificação, não tinha encaminhado nada? Podemos aprovar? A ata da reunião 179ª,
32 alguém é contrario ou abstenções? Abstenção da Mira-serra, na ordem do dia a gente tem o julgamento de recursos
33 administrativos depois temos trazendo novamente o assunto aqui, o Programa Estadual dos Resíduos Sólidos no
34 âmbito municipal, a proposta orçamentaria do FEMA e assuntos gerais e a gente tem uma proposta aqui de debate
35 hoje.” **Sr. Walter Alexandre Rizzo Fichtner-FIERGS**: “Boa tarde, eu queria em nome da FIERGS, nos queríamos
36 propor aqui para colocar na pauta também, a convocação da câmara técnica de mineração e depois será explicado
37 porque, se vocês concordam.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA**: “ Ta então essa proposta, alguém mais? Então
38 colocamos esse assunto alguém é contrario depois a esse debate depois da proposta orçamentaria? Ai a gente já
39 aprova a ordem do dia com mais essa questão aqui, então tá, eu considero aprovado aqui a ordem do dia, tu tens a
40 minuta aqui da resolução? São dois processos, aqui na verdade não foi encaminhado como da outra vez o parecer pela
41 Secretaria Executiva, bom o primeiro processo são, esse aqui é o primeiro né? Eu só vou dar um breve histórico que
42 não foi o parecer para vocês, o primeiro processo então da resolução dos Recursos Administrativos é o processo nº
43 17717-0567/10-3 Petrobras Transportes S/A Transpetro, ele foi analisado na Câmara técnica na reunião da Câmara
44 técnica e da de Recursos Administrativos na ultima reunião que ela ainda, naquela excepcionalidade da sua ultima
45 reunião esses assuntos são abarcados pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos dia 27 de Julho, então nos temos
46 um parecer pela intempestividade do recurso é um recurso eu peço desculpas que não foi o, como o combinado na
47 outra vez não foi os dois pareceres desta vez, é um agravo contra a não subida do recurso, na FEPAM foi julgada
48 inadmissível por entender que não estava naquelas hipóteses da resolução do CONSEMA da omissão da autoridade
49 julgadora ou de algum entendimento sentido contrario e a Transpetro entrou com agravo fora do prazo da resolução e

50 foi considerado, intempestivo pela Câmara Técnica e o segundo processo também pelo não reconhecimento do
51 recurso, também o recurso ao CONSEMA de forma intempestivo, interposto fora do prazo, alguém quer mais um
52 esclarecimento, os dois foram aprovados nessa ultima reunião da Câmara Técnica, vou encaminhar para a votação
53 então, pela aprovação da resolução do CONSEMA julgando os dois recursos, quem é favorável por favor ergue seus
54 crachás, contrários, abstenções? Quatro abstenções, nenhum contrario aprovado por maioria, o próximo item de pauta
55 é o Programa Estadual de Gestão dos Resíduos Sólidos, então vamos chamar aqui o pessoal da assessoria técnica
56 para fazer a nova apresentação, o que ouve na verdade se apresentou ele na reunião passada juntamente com o Plano
57 Estadual de Resíduos Sólidos, o plano Estadual de Resíduos Sólidos foi aprovado saiu já a resolução do CONSEMA e
58 dentro de uma das ações do plano a Secretaria apresenta esse programa, como proposta enfim de um dos
59 desdobramentos enfim do plano, nos abrimos prazo até o final do mês passado, foi até o dia 31 para encaminhar a
60 Secretaria Executiva as contribuições ao plano que ouve algumas manifestações na outra plenária de alguns ajustes
61 que deveria ser feitos e a gente recebeu uma contribuição aqui da FAMURS e alguma foi incorporada depois a Marion
62 vai ver se foi tudo contemplado se tem mais alguma observação, Valtemir eu vou te pedir talvez tenha publico diferente,
63 de qualquer forma eu achava bom fazer uma nova apresentação e ai salientando o que se acolheu ali das alterações e
64 a gente depois põe para o debate.” **Sr. Valtemir Goldmeia-SEMA:** “ Boa tarde a todos, antes de eu falar rapidamente
65 do programa eu passei para todos os conselheiros um convite de uma audiência publica que a gente vai fazer em
66 relação a finalização do Plano Estadual de Resíduos, ele já foi aprovado, já foi publicado na resolução do CONSEMA,
67 só que perante o Ministério do Meio Ambiente, a gente tem que fazer mais uma audiência publica, porque a audiência
68 foi feita no ano de 2013 e a ultima do ano o pessoal do Ministério do Meio Ambiente e quem audita o nosso convenio
69 entendeu que aquela audiência teria que ser refeita, então em função disso a gente faz um apelo ai um convite a todos
70 que quiserem vai ser uma apresentação inclusive para a gente dar um encaminhamento que a gente quer em relação
71 ao plano e dentro desses encaminhamentos esta um dos primeiros programas que a gente gostaria de implementar e
72 justamente esse que a gente é objeto agora dessa discussão, que a ideia de que a gente consiga fazer uma gestão do
73 tocante aos resíduos sólidos urbanos com as prefeituras e também é uma maneira de fazer com que não aconteça o
74 que esta acontecendo hoje aonde a lei 2305 efetivamente em alguns aspectos não esta sendo totalmente cumprida
75 porque nem todos estão encaminhando apenas rejeitos para os aterros sanitários, a gente esta enxergado que esta
76 indo para o aterro sanitário é muita coisa que não é rejeito só que isso é um processo, não adianta a gente dizer que de
77 hoje para amanha a gente resolve isso que não é assim, só que tem que iniciar então a gente esta um pouquinho
78 ansioso de fazer com que a gente consiga implementar esse programa porque ele vai ser um dos aspectos e das
79 ferramentas que a gente vai usar para que o plano se torne algo que venha efetivamente ocorrer e que não vire mais
80 um documento de gaveta e por outro lado que a gente também consiga encaminhar o programa do resíduo do Rio
81 Grande do Sul, então rapidamente aqui de novo pra todo mundo, todos os conselheiros e não conselheiros, as ONGS é
82 nesse arquivo aqui da SEMA, a gente tem todos os documentos e o relatório final do Plano Estadual de Resíduos,
83 então esse é um documento publico a gente tem falado isso inúmeras vezes, que a gente gostaria que isso se tornasse
84 efetivamente um instrumento, então de novo pessoal lembrar para todos, o Rio Grande do Sul hoje possui
85 aproximadamente 60 aterros no tocante a resíduos sólidos urbanos desses 60, 48 são públicos e 12 são privados e
86 fazendo uma analise de qualidade, nos temos 19 que são os que estão em verde, estão em boas condições de
87 operação, estão cumprindo todas as normas, então nos temos 19 aterros nessas condições, tem 41 que merecem e
88 carecem de melhoramentos mais essa é a nossa realidade do Estado, se por um lado a gente enxerga é importante os
89 conselheiros terem essa ciência de que o Rio Grande do Sul de uma forma geral ele tem um numero de aterros que
90 hoje atende a atual necessidade, temos que melhorar? Sim, temos que melhorar, tem problema de distancia de
91 transporte? Tem, tem problema de distância de transporte mais o que esta posto ai com melhorias ele atende a atual
92 realidade, de novo para que os conselheiros quem não assistiu é importante lembrar para onde esta indo hoje o resíduo
93 do Estado, o resíduo hoje do Estado 74% do resíduo esta indo para 11 aterros e desses 11 aterros apenas 1 é publico
94 que é o do SIGRES os outros 10 aterros são privados, então esse aqui é o mapa para onde esta indo o resíduo do Rio
95 Grande do Sul hoje, isso é um levantamento que vem do PERS e para que vocês tenham até títulos de informação,
96 importante que a gente enxergue isso, esse mapa também a gente já apresentou na reunião passada eu quero mostrar
97 para vocês, isso aqui é um mapa que mostra a potencialidade de locais para se fazer aterros esse levantamento foi
98 feito é um levantamento qualitativo aonde tem a bolinha é porque tem aeroporto área de segurança aeroportuária em
99 torno, então nesse caso essas áreas já estão eliminadas porque tem uma normativa do Ministério da Aeronáutica que
100 em torno, tem um raio de 20km em torno os aeroportos que não podem ser executado aterro de produto perigoso, o
101 problema é que o aterro sanitário é uma coisa, lixão é outra, só que essa discussão a gente não consegue vencer
102 atualmente, nos temos alguns casos por exemplo o município de Canoas, até não sei se o Secretario esta ai mas ele
103 ficou de vir o município de Canoas gostaria de reabrir o aterro dele só que ele fica dentro do raio de aproximação da
104 base aérea e ai o resultado, mesmo que fosse um aterro de primeira qualidade não teria viabilidade legal para isso,
105 então uma coisa é aterro sanitário, outra coisa é lixão, isso aqui é outro trabalho que é importante os conselheiros terem
106 que dentro desse programa a gente vai dar continuidade a ideia de regionalização o Rio Grande do Sul a gente dividiu
107 em 12 áreas e agente entende que é possível se trabalhar com soluções regionais, Rio de Janeiro fez isso, Minas
108 Gerais esta fazendo isso, São Paulo em parte fez isso, Pernambuco fez isso e nos gaúchos no futuro vamos ter que

109 nos entender e tentar fazer essa regionalização para evitar o que a gente esta assistindo hoje que é aquele mapa
110 anterior que vocês viram ali, que tem municípios transportando resíduos 300, 400km de distancia, então a nossa ideia
111 de trabalhar com microrregiões e os resíduos que a gente entende que vai envolver diretamente os municípios é o
112 resíduo solido urbano o resíduo de saneamento os resíduos de saúde de construção civil e os resíduos do setor de
113 transporte esses resíduos todos eles de uma maneira ou de outra o município vai ter que se envolver porque eles vão
114 ser um problema a ser resolvido a nível local, de novo a proposta de regionalização mostrando o tamanho dos
115 municípios vocês podem ver a quantidade de municípios que tem ate 5.000 habitantes e a parte norte do Estado tem
116 uma quantidade enorme disso e em contra partida a parte sul nos temos poucos municípios de distancias muito longas
117 então a regionalização também passa por isso de novo a faixa os municípios por faixas, se vocês olharem a
118 regionalização que a gente esta propondo ela é muito parecida com as dos COREDES não é muito diferente alguma
119 coisa muda em relação aos COREDES mas é muito próximo disso, hoje uma das alternativas que a gente propõe no
120 programa é os consórcios, então a gente fez também um levantamento do que a gente tem de consórcio no Estado,
121 então esse mapa também esta disponível vocês podem ver que nos temos vários consórcios constituídos mas no
122 tocante ao resíduo funcionando mesmo é o do SIGRES que é aquele lá de Seberi então isso de novo a gente tem um
123 instrumento e não consegue fazer com que o instrumento saia do papel no litoral aqui constituíram o consorcio nas
124 administrações passadas dos municípios e até agora ele não deslanchou e todo o litoral esta com problema de resíduo,
125 são as diretrizes do plano mostrar para vocês e dentro das diretrizes a um envolve a participação social e educação
126 ambiental a qualificação e dentro das ações do PERS, a gente esta propondo este Programa Estadual de Resíduos
127 Sólidos no âmbito municipal então as principais ações é o fomento ao consorcio a parte de legislação que é um outro
128 problema que os municípios a sua grande maioria não tem legislação própria no tocante aos resíduos, isso tem que ser
129 trabalhado por outro lado a implementação da taxa de limpeza urbana, é necessário a grande maioria dos municípios
130 não tem isso a gente fez um levantamento se eu não me engano são 8 ou 10 municípios que tem cobrança de taxa de
131 limpeza urbana é inviável vocês pensarem hoje que o cidadão paga no IPTU 40, 50 reais por ano de IPTU dentro
132 desses, a casa dele custa IPTU sei lá 500 reais desses 500 reais, 100 reais é voltado para pagamento da limpeza
133 urbana, se tu pegar esses 100 reais e dividir pelo numero de vezes que o caminhão passa na frente da tua casa é
134 impossível manter um serviço de qualidade então a gente entende que é necessário no futuro, a gente pensar que os
135 municípios deverão a sua luz local o seu pensamento a sua capacidade local implementar uma taxa no tocante a
136 limpeza urbana isso vai ser necessário, a gente olha isso nos outros países, os outros países fizeram isso nós vamos
137 ter que passar por isso também senão a gente vai continuar tendo o serviço que a gente tem hoje, com a qualificação
138 que a gente tem hoje por outro lado a gente entende que os municípios terão que ter centrais de transbordo de triagem
139 área de trituração beneficiamento e reaproveitamento dos resíduos da construção civil e necessariamente os
140 levantamentos que nos temos é que 60% do resíduo produzido por nos a titulo domestico 60% é matéria orgânica e ai
141 nos temos toda essa matéria orgânica e não temos unidade de compostagem eu sei que isso leva tempo nos não
142 temos mão de obra capacitada para isso mas no momento nos vamos ter que iniciar, então a ideia desse programa é
143 justamente pensando o resíduo como um programa nos vamos pensar em ter coleta seletiva, vamos pensar em ter
144 central de triagem, central de compostagem do transbordo se tiver que levar para outro município e o rejeito ai sim o
145 rejeito eu vou mandar para um aterro então essa é a ideia do programa, então e um outro assunto que a gente incluiu,
146 são os aterros de pequeno porte que tem uma resolução do CONAMA que estabeleceu isso tem uma NBR que trabalha
147 isso e que nós entendemos que aterros e que nos não fomentamos os aterros de pequeno porte deixar isso bem claro,
148 nos entendemos que aterros de pequeno porte só tem viabilidade para rejeito e eventualmente tem alguns atualmente
149 em funcionamento e que eu entendo e nos entendemos que isso é um pouco complicado para o órgão ambiental
150 estadual porque a maioria desses pequenos aterros estão licenciados na FEPAM e ai duas vezes por ano nos temos
151 que deslocar técnico da FEPAM para olhar um aterro que esta recebendo 3 toneladas por dia 5 toneladas por dia,
152 então isso também tem uma demanda nos temos que pensar também em prioridade de Estado, então dentro desse
153 contexto que a gente esta pensado no aterro de pequeno porte, não é no sentido a partir de agora vamos fomentar que
154 todo mundo faça o aterro de pequeno porte não, não é isso a ideia dos aterros a ideia de aterro é o consorcio, fazer
155 aterro novo consórcio por isso que a gente tem trabalhado com vários municípios nesse sentido de orientar o
156 municípios a não pensar individualmente, pensou individualmente esse aterro um dia vai virar um lixão, troca a
157 administração deixa de ter trator lá, deixa de ter retroescavadeira vai virar um lixão, eu vejo que muita gente esta
158 concordando comigo com a cabeça, porque é exatamente isso que acontece, agora se isso for uma atividade
159 regionalizada, consorciada não tem como isso acontecer, então é para isso que a gente esta fomentando esse
160 programa, rapidamente de novo para vocês terem ciência o Rio Grande do Sul tem dos 497, 399 municípios que
161 trabalham nos resíduos com licença de operação e desses 399 as distâncias a grande parte deles transportam o
162 resíduo mais de 200km, isso também veio do plano então nos estamos em uma coisa que por isso que o custo também
163 na outra ponta esta ficando tão caro eu tenho feito alguns levantamentos e eu tenho ouvido falar, olha o meu município
164 gasta tanto e eu quanto que é a tonelagem? A gente faz a conta, esta dando aproximadamente 300 reais a tonelada
165 para a disposição final, isto é custo de Europa pessoal, então para isso nós vamos ter que mudar então a
166 implementação dessas ações ela visa reduzir volume que vai para o aterro, gerar postos de trabalho nos projetos de
167 triagem e classificação, redução do custo de transporte disposição final e geração de um volume significativo de

168 composto para ser usado em alguns programas, principalmente na subcultura, então é para isso que a gente, bom eu
169 queria apresentar rapidamente as propostas quem mandou proposta, quem mandou sugestões fundamentalmente foi a
170 FAMURS e as sugestões da FAMURS Marion meus parabéns a ti e ao Presidente lá pela manifestação que veio, a
171 maioria delas a gente contemplou no programa, esse programa todos já tinham recebido e a gente colocou de
172 vermelho, nesse item aqui ó, quando a gente fala dos 400 municípios a gente fala que temos aproximadamente muitos
173 municípios com menos de 10 mil habitantes que gera em torno de 7 toneladas por dia, se a gente fizer o trabalho
174 correto com reciclagem, compostagem um rejeito que vai ser gerado nesse município é muito pequeno, então é nesse
175 contexto que a gente esta pensando na regionalização no transporte para isso e a gente trabalhar com o rejeito o
176 publico alvo é os gestores municipais, as equipes técnicas locais, população urbana, municipalização a gente pensa
177 que a municipalização e essa municipalização vai ser contemplada na alteração da 288, a gente só esta antecipando no
178 programa o que efetivamente estamos discutindo na alteração da 288 na municipalização caberá, acho que lá no fim eu
179 tenho, isso aqui eu coloco mais claramente a competência de cada um, mas ai é só colocando que vai ficar com os
180 municípios tanto a coleta seletiva ter um programa efetivamente feito, estudado, implementado além da coleta seletiva
181 ter a central de triagem além disso ter a central de compostagem, ter um trasbordo coberto e não simplesmente um
182 trasbordo a céu aberto e necessariamente ter um armazenamento de rejeito que eventualmente vai ter que ser
183 mandado para um aterro sanitário, então essa é a ideia que a gente esta trabalhando, apoiar uma das competências do
184 Estado no programa é apoiar na implementação de projetos de composteiras orgânicas nas residências e
185 prioritariamente na zona rural, não consigo entender como que um caminhão percorre a zona rural recolhendo matéria
186 orgânica, isso é falta de educação ambiental porque na zona urbana todo mundo tem um canto que dá para colocar
187 matéria orgânica e ai claro que eu entendo que o município deva recolher até os recicláveis, agora passar um caminhão
188 da prefeitura uma vez por semana ou duas vezes por semana para recolher matéria orgânica na zona rural dos nossos
189 municípios é algo que é impensável vamos falar o português mais correto e isso esta acontecendo pessoal não é uma
190 coisa de dizer assim, isso não esta acontecendo, isto esta acontecendo além disso nós também vamos trabalhar na
191 viabilização e apoio aos municípios no tocante a esses pequenos aterros de rejeitos, viabilização do licenciamento para
192 empreendimentos citados, passa pela tomada da decisão do gestor em contratar técnicos nas especialidades
193 necessárias nessas finalidades, isto é importante no programa constar que o município sabe que esse programa vai
194 existir e ele vai ter que ter técnico para trabalhar nisso, acho que é só a conclusão agora, ó pessoal esse mapa aqui de
195 novo é o mapa que mostra a situação do Rio Grande do Sul, nos temos o verde ali são os municípios que tem licença
196 de operação, o mais amarelo ali é os municípios que tem algum problema, são 93 que tem eventualmente um aterro
197 controlado não é lixão é um aterro eventualmente a licença esta com problema não foi renovada, então esta nessa
198 classificação e quando esse mapa foi feito nos tínhamos três municípios como lixões, desses três apenas um continua
199 tendo a disposição final os outros tanto na ponta de cá Uruguiana e o da ponta de lá é Viamão pararam de fazer a
200 deposição final no seu local inadequado e estão levando para um aterro licenciado, faz parte do programa essas
201 gravuras, de novo aqui só para vocês verem a situação do Estado em relação a população nos temos apenas 16% do
202 Estado fazendo a deposição final em lixões em relação considerando toda a população do Rio Grande do Sul e não um
203 numero de município, mesmo que tu diga que 93 é muito mais do que 16% de 497 mas em população é esse dado que
204 a gente tem aqui, os consórcios é prioridade no programa aqui de novo é importante colocar a gente fez questão de
205 frisar que o consórcio é um consorcio constituído segundo a lei federal 11.107 consorcio publico e no consorcio o
206 consorcio é um ente aonde através dele os municípios também poderão se capacitar e ter técnicos capacitados para
207 trabalhar no município então uma das maneiras que a lei complementar 107 diz que tu pode ter técnicos é através do
208 sistema de consórcio então a gente fez questão de frisar aqui porque em alguns casos esse programa aqui vai ter
209 alguma variação com licenciamento e ai a contratação de técnico poderá se dar através do consorcio publico, a gente
210 também a partir desse programa a gente esta criando alguns indicadores que também não adianta ter um programa e
211 não saber para aonde nos vamos caminhar, então a ideia é que se tenha um sistema de indicadores em relação ao
212 resíduo gerado no Rio Grande do Sul, então no programa já foi distribuído na vez anterior tem uma serie de indicadores
213 que a gente vai falar para a gente saber quantos por cento do Estado esta sendo coberto por coleta como é que esta a
214 disposição ao, então vai ter indicadores para a gente também poder pedir isso nos próximos anos também tem
215 indicadores em relação a compostagem tem a parte de indicadores em relação a trituração e beneficiamento dos
216 resíduos da construção civil e aqui pessoal nas considerações finais do programa a gente deixou claro que caberá a
217 cada ente envolvido, nos temos dois entes federados envolvidos no processo, o ente federado Estado e o ente
218 federado município caberá ao ente federado Estado através da FEPAM o licenciamento ambiental dos aterros sanitários
219 de médio e grande porte ou seja acima de 20 toneladas por dia, caberá aos municípios o licenciamento das atividades
220 inerentes aos resíduos sólidos urbanos tais como, coleta seletiva, central de triagem com estação de trasbordo, usina
221 de compostagem, central de triagem a aterro de resíduos sólidos da construção civil com beneficiamento, aterro
222 sanitário de pequeno porte conforme a resolução do CONAMA, a gestão dos resíduos caberá também ao município a
223 gestão dos resíduos da construção civil envolvendo todas as etapas da construção e demolição a coleta o transporte o
224 reuso a reciclagem o beneficiamento e a destinação final em aterro de inerte quando necessário, pessoal as alterações
225 que a gente recebeu e contemplou a gente colocou aqui e eu me coloco a disposição, obrigado.” **Sra. Marion Luiza**
226 **Heinrich**-FAMURS: “ Boa tarde á todos, Marion da FAMURS, bom eu fiz as considerações por escrito e eu já tinha

227 comentado na ultima reunião que o trabalho em conjunto com o Estado é imprescindível é necessário para atendimento
228 do que prevê a legislação, a política nacional de resíduos sólidos e também quanto a importância das capacitações e o
229 apoio técnico que a Secretaria dispõe ali no programa para trabalhar em conjunto com município se caso necessário
230 com certeza, parabéns Valtemir também pelo trabalho assim mas eu gostaria de deixar dois apontamentos que me
231 preocupam e que eu já coloquei na reunião passada que é quanto a falta de indicação de recurso para implantação
232 desse projeto que muito municípios eu sei que o Estado também no momento de crise não tem como fazer indicação de
233 recursos mais enfim é uma questão que tem que ser considerada e também quanto a questão do apoiar a implantação
234 de aterros de pequenos porte nos municípios, eu coloquei ali no documento que eu encaminhei a orientação do tribunal
235 de contas da união que fala da inviabilidade de serem feitos aterros sanitários de pequeno porte, com as justificativas
236 então que estão ali para vocês terem conhecimento e nessa questão do licenciamento também me preocupa um pouco
237 porque não gera expansivos ambientais e não é só a construção de aterros é a operação a manutenção, hoje mesmo
238 numa palestra do Senhor Nei Maranhão lá no Ministério Publico ele vinha dizendo que daqui a 50 anos ou ate menos
239 se a politica for implementada da forma correta não precisaria nem mais termos aterros porque o que prevê a politica
240 nacional, que primeiro é não gerar o resíduo depois é reduzir então se a gente mudar a forma de consumo e outras
241 coisas que a politica vem ai dispor que dispõe daqui a pouco a gente não vai precisar ter esse passivo que a gente tem
242 hoje, então é só essas considerações que eu gostaria que constasse em ata, sobre o que me preocupa no programa,
243 mas a gente apoia e acredita que pode trazer bons resultados.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf-FGCBH:** “ Minha
244 consideração é em relação resgatando uma proposição do Fernando Hartmann na ultima reunião que é em relação a
245 preocupação com a Educação Ambiental que nesse programa a gente tem a estratégia 6.2, mas em relação a
246 capacitação dos municípios para fazer os programas, então embora a gente não tenha mandado alguma coisa por
247 escrito, a questão da Educação Ambiental acho que no programa tem que ser colocado de alguma forma, ate voltando
248 a lembrar que nos acordamos no CONSEMA que a Educação Ambiental tem que interpassar todos os programas, todos
249 os projetos tanto que a gente extinguiu a Câmara de Educação Ambiental a câmara técnica, com compromisso de que
250 a educação ambiental passa pelos programas, como disse o Valtemir é um absurdo um agricultor mandar lixo orgânico
251 para a cidade para um aterro o que é isso? Educação Ambiental, então eu faço Valtemir esse pedido de que embora
252 não tenha sido por escrito que conte no programa o item sobre Educação Ambiental 6.3, uma estratégia, capacitação é
253 notar que orientando os projetos a serem implantada, capacitação é dos gestores municipais para fazer o projeto, isto
254 ai, obrigado, perfeito.” **Sra. Lisiane Becker-Mira-Serra:** “ Eu também fico preocupada com a questão dos municípios
255 que tem baixa geração de resíduos, que teriam esse licenciamento local também são aqueles municípios que tem um
256 pequeno quadro técnico que as vezes um, as vezes é o Secretario que faz o papel de todos então isso é bastante
257 preocupante nos já temos problemas com outros tipos de licenciamento de atividade desse impacto local e o aterro
258 mesmo pequeno com pouco resíduos ele também vai gerar um impacto local muito grande dependendo de onde ele é
259 colocado, além do baixo numero de funcionários, as prefeituras para fazer esse tipo de trabalho e ate da capacidade
260 técnica desse profissional que esta na prefeitura também temos que considerar a questão das áreas prioritárias que os
261 municípios não estão conhecendo onde fica as áreas prioritárias, a questão da unidade de conservação que muitos
262 deles tem as APPs as zonas núcleo da reserva biosfera, então são pequenos detalhes para nos mas que no município
263 não tem esse conhecimento e podem gerar um questionamento jurídico além do grande impacto no local aonde for
264 implementado, nos temos casos inclusive que foram casos do Ministério Publico por implantação de futuramente aterros
265 que não chegaram a ser aterros porque o Ministério Publico chegou antes então é uma grande preocupação realmente
266 é o conhecimento da área a questão da mata atlântica os seus estágios muitos municípios ate desconhecem quais são
267 os ecossistemas da mata atlântica e implementam atividades inversas como foi o caso desse município que
268 implementou em cima de uma área bastante de beneficio protegido ficava isenta a tentativa de implementação do
269 aterro, então fica essas considerações a questão do quadro técnico que nesses municípios normalmente é pequeno e
270 não é capacitado, não tem uma capacidade técnica para atender a demanda teria que ver isso se esse município que
271 vai fazer, vai ter isso e considerar todos os aspectos legais que normalmente correm por fora e que o técnico sempre é
272 aquele que tem que buscar e não tem tempo para isso eu trabalho em prefeitura, quem trabalha em prefeitura tem
273 muitas demandas e não acaba podendo se atualizar e buscar mais subsidio legal para fazer o licenciamento.” **Sr.**
274 **Manuel Christoph Strauch-UPAN:** “ Eu não sei se isso esta contemplado dentro do Plano Estadual de Resíduos
275 Sólidos mas a espera dos municípios é que eles aumentem a taxa de reciclagem e um dos grandes problemas é
276 aumentar a taxa de reciclagem é a questão da existência de um mercado com os materiais recicláveis e também do
277 valor pago no mercado e da logística disso então eu não sei se nesse plano que é orientado para os municípios como
278 que esta contemplado a questão da criação a questão do mercado da gestão dos preços, se eu tenho um mercado que
279 hoje consome determinada quantidade de um material reciclável e o dobro dessa quantidade a tendência é que o preço
280 caia e não seja mais viável a iniciativa dentro do município, então como que o plano Estadual prevê manter um patamar
281 de preço e ampliar o mercado de materiais recicláveis?” **Sr. Valtemir Goldmeia-SEMA:** “ Manoel agradecendo a tua
282 pergunta, infelizmente esse assunto quando fala de remuneração de reciclado, o mercado de reciclado isso nós não
283 temos nem no plano Estadual e nem no plano Nacional, nos acabamos não colocando isso no Plano Estadual porque
284 isso depende da negociação da logística reversa no âmbito federal, infelizmente como esse assunto não andou em
285 nível federal nos não temos como colocar uma estratégia no âmbito local sem que saia a estratégia nacional, a ideia

286 que se tem é que o ministério da indústria e do comércio através do BMDS crie uma política nacional voltada a fomentar
287 indústria a se preparar a trabalhar com recicláveis e obvio que isso vai ser feito com dinheiro ou com BMDS coisa do
288 gênero e ai os outros organismos locais no caso o Banrisul o Banco do Brasil a Caixa Econômica Federal criaria linhas
289 de crédito também para fomentar essas atividades, mas nesse momento esse assunto não tem como ser abordado
290 infelizmente, acho que a prorrogação é importante nós temos que continuar discutindo esse assunto só que não deu
291 para colocar isso agora porque isso depende de uma estratégia nacional porque o que acontece é que alguns materiais
292 recicláveis nos não temos indústrias no caso do Rio Grande do Sul e eles vão depender de uma estratégia fora daqui,
293 então não tem como a gente contempla isso nesse momento mas eu acho importante a gente colocar isso na ata como
294 algo a ser discutido no futuro.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “ Eu só ia colocar aqui Valtemir, ia propor nessa
295 questão da Educação Ambiental se a gente não faria essa demanda para a comissão Estadual da Educação Ambiental,
296 nos temos na verdade quem traça as estratégias de Educação Ambiental é a Comissão Estadual.” **Sr. Eduardo Osório**
297 **Stumpf-FGCBH:** “ Baseado no levantamento que a Lisiane colocou e eu não sei se nos já falamos sobre isso, é em
298 relação a municipalização que tem a ver com isso que é a preocupação das diretrizes para os municípios licencias
299 então é uma proposta que eu faço eu não sei se já foi feita, que talvez a plenária encaminhasse uma demanda para a
300 Câmara de Gestão Compartilhada para elaboração junto com FEPAM com outras entidades de um guia de um
301 procedimento para o licenciamento municipal de coisas básicas, o que é a Mata Atlântica, APP, uma norma um manual,
302 unidade de conservação, ligando aonde é que esta o mapa das unidade de conservação na SEMA ou na FEPAM, uma
303 orientação dos municípios que hoje temos a resolução do impacto local os municípios tem que fazer esse
304 licenciamento, eles contam basicamente com a orientação da FAMURS então eu acho que é um dever do CONSEMA,
305 não sei se nos já tínhamos proposto isso mas de criar essa demanda para a Câmara Técnica de Gestão Compartilhada
306 e ela buscar esses dados uma norma um procedimento para auxiliar os municípios, digamos entra um novo município,
307 porque tem muitos municípios, antigamente nos tínhamos o SIGLAS tinha toda uma capacitação que tinha toda uma
308 orientação, hoje tem o direito e o dever dos municípios mas muitos municípios não estão preparados, mas tal município
309 decide vou fazer e ai qual é o instrumento que ele tem? Uma lista 288 código de licenciamento agora como se licencia?
310 Então acho que é importante, mas é uma demanda que tem um pouquinho haver com o programa muito pouquinho,
311 mas é uma demanda acho que mais geral do CONSEMA, uma responsabilidade do CONSEMA de fazer essa
312 orientação para os municípios já que nos fizemos à lista, obrigado.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “A ideia é
313 ótima a gente na ultima reunião para a plenária saber na Câmara Técnica de Planejamento nessa linha ai de se ter as
314 normas compiladas para orientar tanto técnicos quanto apreendedores enfim, quanto a órgãos ambientais na questão
315 da Mata Atlântica também se tentar fazer uma compilação, então nos temos oito pessoas nesse grupo de trabalho
316 enfim, para se tentar trazer depois trazer aqui uma proposta para a plenária de um roteiro, uma resolução com roteiro
317 com as regras todas ai da questão da Mata Atlântica, acho que é uma boa iniciativa também.” **Sra. Marion Luiza**
318 **Heinrich-FAMURS:** “ O Manuel falou da questão de compra de materiais sustentáveis, muito pouco se fala na lei de
319 licitações que incentiva e prevê a compra de materiais pelos órgãos públicos e eu vejo que muito pouco se fala nisso,
320 então é uma coisa que pode ser divulgada mas que é um meio de os olhares se voltarem para aquisição desses bens
321 recicláveis, eu sei que o mercado ainda esta engatinhando mas aos poucos acho que da para trabalhar nesse sentido
322 também e a questão desse manual, acharia ótimo porque eu sempre falei, atendo bastante os municípios e eles tem
323 muitas duvidas, as vezes orientações mínimas para fazer os licenciamentos e também pela troca de funcionário nas
324 prefeituras, então muda gestão, muda funcionário, muda Secretário muda os funcionários e dai as vezes não deixam
325 nada, então se houvesse umas regras mínimas para os licenciamentos divididos por atividades eu acho que seria ótimo
326 assim e ajudaria na gestão.” **Sr. José Homero Finamor Pinto-CREA-RS:** “ Eu acho ate que é chover no molhado mas
327 a sugestão do Eduardo é muito interessante a Marion reforçou essa questão dos municípios a cada 4 anos muda tudo
328 no município, a gente quando faz a descentralização nos temos que fazer com regras e com orientações de como fazer
329 eu acho que a gente quando votar esse negocio que já vote com essa recomendação de que seja feito esse
330 regramento dessa orientação porque nos temos, não só a Mata Atlântica nos temos diversas áreas no Rio Grande do
331 Sul, cada uma com suas características e isso tem que ser respeitado então eu queria reforçar o que o Eduardo falou
332 eu acho importante quanto se fazer isso mas já se votar junto que se saia com essa recomendação votar o pacote
333 junto.” **Sr. Fernando Hartmann-SERGS:** “ Primeiro a gente considera que o programa esta bem elaborado, esta
334 atingindo os seus objetivos e com essas colocações que foram feitas hoje aqui sendo adentrado ao programa nos
335 parece que esta bem satisfatório, eu me lembro Valtemir que na ultima reunião eu falei praticamente duas coisas, a
336 primeira foi a que o Eduardo lembrou hoje e a segunda foi em relação a iniciativa privada eu não me lembro agora se
337 este programa ele permite que a iniciativa privada participe na execução das coisas enfim de triagem de todo esse,
338 essas ferramentas que se tem para tratar os resíduos sólidos e eu gostaria de saber se ele engessa a iniciativa privada
339 ou se ele da abertura ou seja tanto Estado, município podem trabalhar com isso ai como a iniciativa privada porque a
340 gente esta vendo no dia a dia que os municípios estão sobrecarregados e o Estado esta sobrecarregado então eu acho
341 que quanto mais atores possam atuar na resolução desse problema me parece que seria interessante colocar, então a
342 minha pergunta no fim Valtemir é saber se o programa ele tem essa abertura ou não?” **Sr. Valtemir Goldmeia-SEMA:**
343 “Assim ó, deixar bem claro que a competência no tocante aos resíduos sólidos urbanos é do município isso tem uma lei
344 federal que definiu que a competência em relação a esses resíduos dentro da lei de saneamento é dos municípios e

345 nos com o programa nos não estamos adentrando a isso e o que nos entendemos é que caberá ao município decidir a
346 forma de operar isso, poderá o município operar isso ele próprio através de instrumentos próprios como companhia
347 municipal como alguns municípios tem companhias municipais mistas que envolvem resíduos e urbanismo ou então o
348 município poderá fazer o trabalho através da iniciativa privada nos não temos uma posição de dizer assim ó, ate porque
349 nos entendemos que nos não podemos entrar nessa discussão de competência porque essa já foi definida na lei
350 federal, a competência ao tocante de resíduos sólidos urbanos é do município a titularidade é do município, portanto
351 caberá ao município o que nos interessa é que o município faça uma gestão decente uma gestão que resolva o
352 problema e nos vamos com esse programa fomentar os municípios a fazerem essa gestão, poderá o municípios optar
353 em fazer ele mesmo tudo e poderá o município optar em fazer com a iniciativa privada ou poderá fazer isso de uma
354 forma mista, mas eu reconheço que grande parte daqueles municípios que tenham o assunto resolvido tenha a
355 contribuição da iniciativa privada.” **Sr. José Homero Finamor Pinto**-CREA-RS: “Eu queria ratificar as palavras do
356 Valtemir, à lei de saneamento quando ampliou o conceito do saneamento, antigamente era só agua e esgoto quando
357 ela foi editada em 2007 ela também abrange resíduos sólidos que a drenagem, qualquer um dos quatro vetores podem
358 ser feitos, testado por qualquer, pode ser publico pode ser privado depende da vontade do município de fazer, então a
359 pergunta que o Fernando fez é tranquilo que nem o nosso serviço eu trabalho na CORSAN nos somos um órgão
360 publico que trabalha por gestão associada com as prefeituras, mas tem casos que não é, hoje nos temos Uruguaiana e
361 São Gabriel que são serviços privados temos Porto Alegre por exemplo que a prestação de serviço de área de esgoto é
362 prestada diretamente pela prefeitura no Estado do Rio Grande do Sul nos temos 3 situações para a questão da agua e
363 esgoto e o lixo é a mesma coisa.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf**-FGCBH: “Presidente, eu só gostaria de uma
364 confirmação se já foi aprovada a proposta de abertura do processo administrativo da Câmara Técnica de Gestão
365 Compartilhada e elaboraram o Manual de Licenciamento Municipal?” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “ Não, eu
366 não botei nada em votação ainda, mas esta nos itens aqui para a gente, agora eu faço os encaminhamentos, podemos
367 faze-los? Então incluímos a alteração com relação à Educação Ambiental através da Comissão Estadual de Educação
368 Ambiental e também dos municípios e a proposta de se abrir uma demanda para a Câmara Técnica com relação ao
369 manual sobre o Licenciamento Municipal é isto? É a ASSTEC ajuda pelo SEMA nessa Câmara, provavelmente na
370 Câmara vai ter que formar um grupo de trabalho também não vai nenhuma proposta pronta para a Câmara,
371 encaminhamos assim alguma outra proposta? Eu vou colocar as duas juntas que pelo que vi na proposta é que elas
372 estejam atreladas que se tenha essa já que esta se propondo a descentralização que também o CONSEMA faça o
373 papel de orientador então encaminhando a votação das duas propostas.” **Sra. Lisiane Becker**-Mira-Serra: “ Ok do
374 manual da Câmara Técnica, mas tinha em vermelho a questão de tornar colocar na resolução 288, nos estamos
375 aprovando o que exatamente? No momento que vai para o município, já esta mais ou menos.” **Sr. Valtemir Goldmeia-**
376 **SEMA**: “No programa esta previsto que a efetiva colocação em pratica desse programa por parte inclusive vai depender
377 da aprovação da alteração da 288 é o que esta previsto ali.” **Sra. Lisiane Becker**-Mira-Serra: “ Á, porque parecia que
378 estamos aprovando uma coisa em função da outra que ainda não foi aprovado.” **Sra. Marion Luiza Heinrich**-FAMURS:
379 “ Valtemir, eu vi que tu colocou em vermelho também o apoio ali dos aterros pequenos, mas que na tua fala tu disse que
380 preferencialmente ia incentivar aos consórcios, não tem como colocar nesse sentido? Não é porque continuou como
381 estava do apoio à criação de aterros pequenos para mim como esta escrito, como se vocês fossem incentivar a criação
382 desses aterros, não só uma sugestão.” (conversas paralelas) **Sra. Lisiane Becker**-Mira-Serra: “ Voltando a pergunta,
383 não respondendo no microfone eu não estou entendendo, porque nos vamos fazer um manual sobre isso se não
384 aprovou?” **Sr. Valtemir Goldmeia**-SEMA: “ Não o manual é sobre tudo, o manual não é sobre o programa o manual é
385 sobre o licenciamento ambiental por isso que eu disse, eu entendo que são coisas diferentes, o manual que o Eduardo
386 propôs é no tocante as atividades de impacto ambiental local com o municipal, são coisas diferentes, uma coisa é o
387 programa outra coisa é o manual **Sra. Lisiane Becker**-Mira-Serra: “ Ta então eu vou propor, vamos falar só do
388 programa e encaminhamos o programa e depois outra coisa, senão fica meio confuso.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-**
389 **SEMA**: “ Querem votar separado? Ta ok, votamos separado é que eu achei que uma coisa estivesse atrelada a outra
390 que é a proposta do Eduardo de atrela, mas vai ser aprovado o manual, acho que todo mundo gostou da ideia, Valtemir
391 alterar prioridade do, e aqui não dá para alterar a 6.1? Alterar o texto 6.1 aonde fala dos aterros de pequenos porte
392 sobe ela, de alguma forma fomenta como prioritária.” **Sr. Valtemir Goldmeia**-SEMA: “Priorizar que os municípios
393 através de consórcios implementem seus programas de disposição final de rejeitos.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-**
394 **SEMA**: “Ok, vamos então primeiro votar o programa e depois a gente vota o encaminhamento do assunto a Câmara
395 Técnica, favoráveis a aprovação do programa com a inclusão dos dois itens aqui da estratégia do item 6.1 e a
396 Educação Ambiental do item 6.3 quem é favorável por favor erga seus crachás, ok, contrários? Abstenções? Então
397 aprovado por unanimidade sairá então publicado no diário oficial uma resolução que aprova o programa esse em anexo
398 o programa constando no anexo, outra encaminhamento, os favoráveis a encaminhar um assunto para a Câmara de
399 Gestão Compartilhada para elaboração do manual sob o licenciamento municipal, quem é favorável a proposta?
400 Contrários? Abstenções? Também aprovado por unanimidade, ok estou chamando reforço para a questão do
401 orçamento para ajudar a apresentar para vocês, próximo item de pauta é a proposta orçamentaria do FEMA o
402 Presidente da Câmara Técnica não esta presente, eu estou chamando o reforço a nossa a Maria de Lurdes do DIFIN
403 para auxiliar a apresentar, foi discutida essa proposta na Câmara Técnica e restou aprovar foi unanime na Câmara

404 Técnica? Foi unanime na Câmara Técnica onde nos temos esse foi em anexo um orçamento de 11.738.706,00 feito
405 várias rubricas previstas, querem que eu leia? Dispensa a leitura? Já receberam? A proposta foi discutida na Câmara,
406 aprovada e vou abrir aqui para inscrições, se alguém tiver alguma observação o que eu poder ir esclarecendo, senão
407 também quando chegar a Maria de Lurdes, algum questionamento? Alguma inscrição? Senão a gente encaminha.” **Sra.**
408 **Lisiane Becker-Mira-Serra:** “ Eu só queria saber exatamente o que são aqueles convênios da Educação Ambiental
409 ONGS?” **Sra. Franciane Bayer Muller-Secretaria Executiva do CONSEMA:**” Eu estava na reunião da Câmara
410 Técnica, o que foi explicado é que foi deixado um caixa para se surgir o que aconteceu no outro ano de ter programas
411 de ONGs, tem um caixa mínimo separado, que ouve as outras vezes que teve um grande caixa e não foi usado, então
412 foi deixado um caixa mínimo e se tiver uns programas maiores ai se usa a suprimenção, não o caso da ONG é do
413 outro ano esse ai é para o 2016.” **Sra. Lisiane Becker-Mira-Serra:** “ E a segunda questão é que eu estou vendo
414 sempre que á, a mesma repetição ao longo dos anos, é sempre contratação ou quando não é, por exemplo nos tivemos
415 seguido compras de moveis para concursados e a gente não vê os concursados eu vou deixar assim como sugestão, a
416 gente começa a mudar essa tabela porque são sempre os mesmos serviços, terceiros é locação é pouca coisa de
417 patrimônio e de contratação de efetivo então deixar a sugestão para mudar esse cenário, tentar mudar esse cenário nos
418 próximos anos que agora não muda mas para os próximos.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “ Quero ate colocar
419 aqui, o fundo de, o pessoal ali de Recursos Hídricos da Câmara Técnica lá de planejamento de acompanhamento de
420 Recursos Hídricos, eles fizeram um manual operativo do fundo deram uma algumas linhas assim de como entra os
421 projetos, uma sugestão a Câmara Técnica esta, a do FEMA já esta com reuniões ordinárias marcadas aqui para
422 acompanhamento da execução do orçamento talvez quem for conselheiro aqui for representante lá de se pensar nisso
423 ai depois do FEMA eu quero fazer um esclarecimento de ordem legal ai que eu tenho um problema.” **Sr. Fernando**
424 **Hartmann-SERGS:** “ Eu acho que aquele nome ali não esta bem correto, o nome quando fala de eliminação serviço de
425 terceiros contratação de serviços visando a execução do zoneamento econômico do Rio Jacuí é isso mesmo?” **Sra.**
426 **Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “ É isso ai é um acordo judicial na verdade é por demanda judicial, Econômico
427 Ecológico, não é de todo e dá parte do baixo Jacuí aqui na verdade e com relação a mineração, então a gente altera,
428 salientar que a contratação do serviço é para execução do Zoneamento Econômico Ecológico do Rio Jacuí da
429 Mineração do Rio Jacuí para Zoneamento Econômico Ecológico da Mineração de areia do Rio Jacuí, eu vou
430 encaminhar para votação então, podemos aprovar á proposta orçamentaria, votação, quem é contrario? Quer falar
431 ainda?” **Sr. Eduardo Osório Stumpf-FGCBH:** “ Presidente é só em relação exatamente ao Zoneamento Econômico da
432 Mineração de areia no Jacuí, aonde é um trabalho que já vem de alguns anos, aonde se teve não sei se um ano ou dois
433 atrás teve uma audiência publica para se discutir o termo de referencia em relação a isso foi no Tribunal de Contas teve
434 vários questionamentos, várias entidades e de qualquer maneira esse termos de referência então foi internalizado eu
435 acho que na FEPAM e a duvida então é essa, que termo de referencia esta se discutindo, que zoneamento esta se
436 discutindo? Então como isso é para o ano que vem é uma proposta é que esse assunto ai, não estou te questionando o
437 valor nem nada, mas que o assunto do Zoneamento Econômico Ecológico da Mineração de areia do Rio Jacuí o termo
438 de referência e ao seu mandamento e que isso venha ao CONSEMA para nos tomarmos conhecimento e
439 eventualmente a discussão disso vá para a Câmara de Planejamento Ambiental que é uma Câmara que foi designada
440 por nos para discutir a Política Ambiental do Estado e seus diversos zoneamentos como que esse zoneamento vai
441 conversar com o Zoneamento Ecológico Econômico como vai conversar com o Plano de Bacias do Baixo Jacuí e assim
442 por diante e esse termo de referência eu acho que é importante porque no fim quando o zoneamento estiver pronto o
443 CONSEMA vai ter que aprovar e para nos não termos surpresa entendo que é importante a gente já participar desde a
444 elaboração do termos de referencia com o mesmo conhecimento do termo de referência depois da continuação do
445 trabalho a proposta é isso.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “ Eu vou fazer o seguinte encaminhamento, esse
446 termo de referência ele foi construído dentro de uma ação judicial com o Ministério Publico Federal e Ministério Publico
447 Estadual e as partes lá naquele processo, é publico ele esta na ação judicial, eu acho que a gente eu não sei o
448 tamanho dele e qual é a condição de mandar via e-mail mas a gente verifica e disponibiliza para todos enfim ele é
449 objeto dessa ação e é grande ou se não conseguir a gente faz CD deixar a disposição da Secretaria Executiva e cada
450 um combina como vem busca-lo.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf-FGCBH:** “ O entendimento que eu tenho também é de
451 que as questões ambientais que são discutidas pela FEPAM pela SEMA com interveniência de judiciário do Ministério
452 Publico não emite que é uma palavra bonita a participação do CONSEMA então o CONSEMA é um órgão superior para
453 discutir essas questões independente se tem uma ação judicial contra o Estado por exemplo em que pode falar da ação
454 judicial em relação ao delta do Jacuí, ação judicial em relação ao zoneamento do lago Guaíba, então são assuntos que
455 são impertinentes por exemplo a do lago Guaíba me incomoda muito, que o zoneamento do lago Guaíba esta sendo
456 discutido no Comitê do lago Guaíba junto com o Ministério Publico e o CONSEMA esta completamente a margem disso
457 e eu acho que esse anuncio de zoneamento tem que ser discutido no órgão superior independente se esta
458 judicializado, então é essa proposta.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “ Com relação então ao especifico do Rio
459 Jacuí eu vou tomar esse encaminhamento então, outro esclarecimento com relação ao FEMA, assumindo aqui a
460 administração da Secretaria o FEMA ele tem uma junta de administração e esta junta de administração ela teve uma
461 ADIN do Ministério Publico lá nos anos de 2004 e 2005 que julgou inconstitucional o artigo 24 desta junta então a gente
462 não tem como nomear quem é o Secretario Executivo é a parte administrativa da junta o FEMA ele funciona um

463 pouquinho diferente do FUNDEFLO por exemplo o FUNDEFLO não é vinculado ao CONSEMA ele tem um conselho
464 de administração dos servidores da agricultura e da SEMA e funciona um pouco diferente embora ele também esteja
465 com problemas na contabilidade e não esteja operando o que se tem essa ação de constitucionalidade ela esta se
466 fundamentando a lei de ação civil publica aonde lá diz que o Ministério Público tem que participar da administração dos
467 fundos aonde vão os recursos de proteção de bens lesados aonde aporta recursos lá de ação civil publica ou de
468 inquéritos civis o Ministério Público esteve discutindo os interesses difusos teria que esta o Ministério público presente
469 então o Tribunal de Justiça declara inconstitucional e essa regularidade vem se perpetuando a solução disso ai é uma
470 alteração legislativa porque aqui nos temos que ver de que forma se encaixa o Ministério Público nessa situação ele
471 não é membro do CONSEMA pensando em ser adequado pelo papel do Ministério Público e pela pressão dos outros
472 conselhos também de não o ser, então e além disto a gente tem a intenção de juntar os recursos do FUNDEFLO
473 todos no FEMA hoje o FEMA recebe recursos da fauna, recebe recursos das infrações da FEPAM recebe poucos
474 recursos, raramente as ações do Ministério Público resultem em aportes ao FEMA porque acaba se fazendo as
475 indenizações direto de cometidas direto em bens de serviços e não entra recursos, achamos que somente esse
476 problema ia ser solucionado como tem projeto de lei do Ministério Público criando um fundo Estadual de reparação dos
477 bens lezados se eu não me engano é 330 depois eu encaminho para os senhores onde os recursos dos TACs e multa
478 do Ministério Público vão aportar para este fundo, em principio se saísse do FEMA esses recursos essa
479 infuncionalidade pareceria sanada só que esse PL ficou restrito aos recursos de TAC só das ações movidas pelo
480 Ministério Público não do Estado enfim então de qualquer forma a gente tem que pensar numa forma de incluir o
481 Ministério Público na administração do FEMA para cumprir o que fala essa ADIN, uma das soluções seria se fazer um
482 conselho com o Ministério Público que o conselho escolhe-se aqui representantes para se ter algum conselho do FEMA
483 aonde participasse o Ministério Público, então a ideia aqui era amadurecer essa problemática com vocês eu vou
484 encaminhar a documentação e qual é a ideia de encaminhamento e também de se colocar os recursos, não tem porque
485 a Secretaria manter dois fundos enfim teria que manter duas Secretarias Executivas, duas contabilidades é o replicar a
486 FAUNA já esta aqui os recursos da FEPAM também a parte florestal não teria porque não vir ao FEMA também o
487 FUNDEFLO na verdade ele é anterior a própria fundação da SEMA ele veio na época que era na Secretaria da
488 Agricultura vinculado, exatamente o pessoal mais antigo me ajuda mais e é isso ai na próxima o que a gente
489 internamente na SEMA a gente esta designando aqui alguns servidores a Maria de Lurdes vem exercendo o papel ela
490 foi um dos últimos nomeados ali na parte da Secretaria Executiva do FEMA então ela continua exercendo essas
491 funções, assumiu a junta mas as funções do FEMA tem que continuar operando, então aqui internamente na SEMA ele
492 continua operando com análises desse conselho mas é um problema que a gente tem que solucionar para não se
493 sofrer questionamentos posteriores para deixar as coisas adequadas para encaminhar os documentos a Secretaria
494 Executiva e alguma solução que a Secretaria quer dar enfim, para regularizar esta pendencia, mando também a ação
495 uma copia do acordo com a ação judicial enfim e a gente faz esse debate depois, muito obrigada, a quem votar de
496 novo? Unanime? Abstenções? Então eu vou encaminhar de novo já que ficou essa duvida Deus o livre, Manuel.” **Sr.**
497 **Manuel Christoph Strauch**, representante Titular da UPAN: “ É só um comentário sobre esse zoneamento, esse
498 zoneamento parece ser de certa forma uma prospecção senão não estaria nesse valor ela tem prospecção de
499 zoneamento quem pagou o zoneamento eólico do Estado não foi o fundo se uma empresa quer fazer mineração de
500 ouro num rio, não é o Governo que vai pagar a mineração muito menos o Fundo de Meio Ambiente vai pagar os
501 estudos para ver se tem ouro naquele rio mesma coisa não é o Fundo Nacional de Meio Ambiente que paga a
502 prospecção do Petróleo que a Petrobras faz então eu acho isso estranho para um serviço desses sair a verba do FEMA
503 eu acho que ai teria que ter um comprometimento financeiro do setor diretamente beneficiado e não simplesmente sair
504 do FEMA e ficou por isso mesmo.” **Sra. Maria Patricia Mollmann-SEMA**: “ Manoel essa ação a gente não sei se tu
505 consegue se recordar que foi da época que fechou o Rio Jacuí e faltou a areia enfim em tudo que é lugar ai foi uma
506 exigência da própria justiça que fosse custeado pelo Estado pela questão da isenção a posição do Estado era um
507 pouco diferente mas é o que ficou ajustado ali no acordo judicial, então nesse ponto eu peço que se aprove aqui, não o
508 que da para se encaminhar e se rediscutir encaminho TR encaminho o próprio acordo judicial que foi feito para a
509 ciência de vocês.” **Sr. Fernando Hartmann-SERGS**: “ Posso fazer uma colocação? Na verdade nos estamos falando
510 de zoneamento não é, ou seja existe uma lei que eu não sei qual é o numero dela, que estabelece que é obrigação do
511 Estado fazer o zoneamento, essa é a obrigação legal do Estado, porque o zoneamento, quando ele for fazer o
512 zoneamento da areia, ele não vai se a ter só o zoneamento de areia porque ele é ambiental também então o estudo vai
513 ter que ver as outras os outros usos e ocupação daquele recurso hídrico ou naquela região para fazer o zoneamento,
514 então ele não se resume a areia, assim como esta se falando e se defende o zoneamento aqui do Guaíba, vai se conter
515 nesse zoneamento a extração da areia o uso de navegação o uso de abastecimento publico e etc, então é uma coisa
516 muito maior Manuel, que não é de uma entidade fazer e sim o Estado fazer.” **Sra. Maria Patricia Mollmann-SEMA**: “
517 Gente eu posso encaminhar?” **Sr. Luiz Elody Lima Ferreira-Amigos da Floresta**: “ Fazer uma correção, o
518 zoneamento eólico foi pago pelo Estado também o Fernando tem razão, o zoneamento é uma atividade do Estado pois
519 o Estado com a parceria com o sindicato das empresas de energia eólica mas foi coordenado pelo Estado inclusive.”
520 **Sr. Manuel Christoph Strauch-UPAN**: “ Bom eu acho que se é uma questão de decisão judicial, realmente em relação
521 a isso não tem o que fazer, mas tem uma distinção ai do que que é um Zoneamento Ecológico Econômico de uma

522 região aonde vai abranger todas as características ecológicas Econômicas e o que é um zoneamento de uma atividade
523 específica, ai tem a diferença de como foi falado no sindicato eólico contribuiu.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “
524 Podemos encaminhar a votação então para confirmar, fomos interrompidos na outra, quem é favorável a provação do
525 orçamento? Contrários? Abstenções? 4 abstenções, incluindo no outro item de pauta a questão das discussões,
526 algumas discussões para a Câmara Técnica de mineração.” **Sr. Walter Alexandre Rizzo Fichtner-** FIERGS: “ Nós
527 encaminhamos aqui para o CONSEMA uma solicitação, nós temos tido lá na FIERGS uma demanda no sentido de que
528 seja aberta a Câmara Técnica de Mineração, a pauta é bastante extensa evidentemente que nós não escutamos
529 diversos outros setores da sociedade que devem ser envolvidos nessa causa para discutir, mas como itens inclusive já
530 foi colocado aqui na questão de resíduos sólidos a questão do Licenciamento Ambiental pelos municípios, isto tem que
531 ser revisto também na mineração, não vou entrar em detalhes mas esta acontecendo coisas parecidas com o que
532 falaram aqui dos resíduos, o município não tem condições de licenciar tem alguns que estão licenciado mesmo sem
533 condições outros que tem aparatos maravilhosos para licenciar mas tem que ser bem mais regrado colocou um assunto
534 bem light autores de bancada o próprio zoneamento do Guaíba, o zoneamento esse do Jacuí a Lagoa dos Patos
535 porque não é minerada se esta faltando areia, então eu acho que esses assuntos que tem que ser tratado pelo
536 CONSEMA via a Câmara Técnica, ate como bem disse o Eduardo, o CONSEMA deveria participar da questão do
537 Guaíba estar em cima dessa questão para ver, então eu sei que foi criada comissão através dela eu participei da
538 reunião, só que eu acho que esse assunto devia andar via CONSEMA então nos estamos sugerindo eu não vou me
539 estender porque se a gente consultar aqui diversos setores envolvidos tem N assuntos, bastante complexos e era sob a
540 eminencia de novamente faltar areia, novamente faltar brita que falam também eu estou falando ou só de setor de
541 agregados, existe demanda do setor de carvão, existe demanda de setor de calcário, existe demanda de setor de agua
542 mineral são em menores escalas a brita e areia são as que mais trazem um impacto e tem causado uma serie de
543 problemas que nos não sabemos aqui vivenciamos no Estado então a Câmara Técnica vêm trabalhando á anos atrás e
544 parou, eu sei que hoje, hoje não há muito tempo um dos setores mais complicados na FEPAM é o setor de mineração
545 por N razões entende? Então eu sei que isto também dificultou o desenvolvimento de uma serie de assuntos que
546 haviam se beneficiado e pararam por uma serie de razões primeiro porque eu participava então eu queria propor ao
547 CONSEMA vê se aprova diante dos senhores, que seja aprovada a criação da Câmara Técnica de Mineração para que
548 sejam discutidos esses assuntos que na qual nos pautamos alguns, mas a pauta ela vai crescer e muito esta de forma
549 bastante sucinta a solicitação da FIERGS.” **Sr. José Homero Finamor Pinto-CREA-RS:** “ Esse assunto da areia e da
550 mineração acabou atropelando uma questão que eu queria trazer até a Secretaria não diretamente ao CONSEMA mas
551 já que esta se falando nisso, eu trabalho na CORSAN e a gente depende dos rios que tem e quando eu entrei na
552 CORSAN foi em 1976 esta fazendo 40 anos o Rio Gravataí por exemplo ele era responsável pelo abastecimento de
553 mais de um milhão de pessoas aqui na região, Alvorada, Viamão, Cachoeirinha, Gravataí e a maior parte de Canoas
554 era tudo pelo o Gravataí hoje ele não é responsável por mais nada é um Rio que praticamente não se capta mais o
555 regime desses Rios eles tem mudado muito ultimamente, todo mundo sabe que agora mês passado deu uma enchente,
556 não foi tanta chuva assim se vocês pensarem bem choveu bastante tempo mas a chuva era pouca a quantidade de
557 chuva foi pouca e o nível de agua na captação em Alvorada é bem na frente do pedágio ali da Freway quem vai para a
558 praia o pedágio de Gravataí, nos temos uma capacitação de agua ali que capta para Alvorada e Viamão a cota de
559 enchente máxima naquele ponto ali faz 50 anos que não chega na cota de enchente máxima é 4 e 15 o Rio dessa
560 chuva que deu foi a 5.50 passou quase um metro e meio acima da cota máxima de captação ele passou por cima
561 daquela parte de concreto da parte impermeável, invadiu o poço de bombas e deixou as bombas de captação 7 metros
562 abaixo d’água, por isso que faltou agua uma semana, esta acontecendo em Esteio, esta acontecendo ali na captação
563 do Rio do Sinos o regime de escoamento desses Rios que formam o Guaíba eles estão mudando muito a cada ano que
564 passa esta mudando muito eu também sou conselheiro do DMAE e acompanhei a obra que o DMAE fez que é essa
565 obra do tratamento de esgoto da bacia ponta da cadeia que pega todo o esgoto que é direcionado para a ponta da
566 cadeia e manda lá para a serraria então o esgoto vai por terra até o Cristal e daquele mirante que tem no cristal ele
567 empurra por dentro do rio e vai ate a serraria são 11km por dentro do rio e se fez abertura do fundo do rio para poder
568 assentar uma tribulação para 1 metro e meio de diâmetro e ai a gente viu como esta o fundo do Rio o pessoal dos
569 barcos ali, do veleiros todo mundo reclamando que eles saem com aqueles barcos tudo arrastando no fundo do rio eu
570 procurei o engenheiro Capoani que é o Presidente da SPH antigo DPREC eles estava me relatando as frequências das
571 dragagens que o DPREC tem que fazer no canal de navegação, esse é um assunto que nos temos que estudar, o Rio
572 Guaíba hoje esta me parecendo que ele só tem um espelho d’água esta totalmente atulhado de areia de condimentos
573 que são trazidos pelos 4 rios formadores até porque ele é um remanso e acaba de trancando tudo e a gente a ultima
574 vez que eu vi uma dragagem do Rio Guaíba foi quando foi feito o beira rio isso foi em 1969 depois nunca mais e eu
575 acho que isso tem que ser encarado de frente para a gente fazer a mineração de areia para toda a região
576 metropolitana, antigamente no Taquari que não tem mais depois foi para o Jacuí se trancou a mineração do Jacuí
577 porque o pessoal já estava exagerando, não estava mais minerando para dentro do Rio, ja estava entrando para dentro
578 da mata mas areia triplicou de preço encareceu o custo da construção civil e o Rio Guaíba esta transportando de areia
579 para tudo que é lado, não se pensa em fazer isso ai enquanto isso os órgãos públicos estão gastando fortunas fazendo
580 dragagens para poder conservar o canal de navegação do rio, acho que esse assunto é extremamente importante para

581 ser discutido não dá mais para a gente esconder a cara embaixo do tapete sem encarar de frente essa questão, isto
582 esta mudando dos 4 rios que formam da época que nos acompanhamos nos temos as capitações dos 4 rios e cada
583 vez mais, agora nos vamos ter que levantar mais quatro metros as capitações de Alvorada e de Gravataí prevendo as
584 próximas cheias, a cidade de Alvorada já esta falando de buscar um financiamento e fazer um novo dique de proteção
585 contra as cheias levantando até a cota 7 por exemplo todo mundo esta se protegendo cada vez mais encaixotando os
586 rios e a gente eu acho que nos temos que estudar mais essa questão para ver o que esta acontecendo, eu tenho quase
587 que certeza e quase convencido de que o Rio Guaíba esta começando a represar esses rios porque ele esta atulhado
588 de areia e de detritos que vem e a gente não fala nisso, então eu acho que é importante ter uma câmara e ter um
589 estudo desse assim como foi feito para o Jacuí para ver o que esta acontecendo com esse Rio.” **Sra. Maria Patrícia**
590 **Mollmann-SEMA:** “ Rafael depois quem sabe tu dá só um, a ação do grupo hoje, só para o pessoal ter
591 conhecimento do que esta sendo feito na FEPAM tu acompanha mais diretamente que eu.” **Sra. Marion Luiza**
592 **Heinrich-FAMURS:** “ eu não sei mas eu tinha impressão que a Câmara de Mineração tinha sido contemplada naquelas
593 Câmaras técnicas que ficaram arquivadas ou tinha esquecido e depois ela tinha.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:**
594 Ela estava sem pauta, ela não tem nada que o CONSEMA tenha encaminhado para a Câmara Técnica, ela existe, só
595 não tem pauta, essa proposta de incluir, a posição aqui, só se trata na Câmara Técnica o que a Plenária entender de
596 encaminhar.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf-FGCBH:** “ Tendo em vista as colocações em relação a mineração em que a
597 FIERGS colocou de demandas que potencialmente existem em relação a mineração, a Câmara esta criada digamos
598 não tem demanda ela não foi chamada não tem Presidente nomeado então eu faço uma proposta que a Plenária crie
599 digamos uma exceção de encaminhar genericamente um assunto da mineração por exemplo no lago foi bem colocado
600 que é importante para a Câmara Técnica para possibilitar que elas se reúnam elejam um Presidente e ai o pessoal da
601 Câmara delimite a falar o que queria um assunto prioritário e ai volte para nos para nos aprovar essa demanda para eles
602 é uma exceção, senão as Câmaras vão ficar dependendo de nós e nós conselheiros somos pessoas cheias de
603 compromisso, cheias de vontade, cheia de sonhos mas a gente tem dificuldade eu não tenho tempo senhora Secretária
604 de pegar esse assunto que é super importante e elaborar uma minuta, uma justificativa embora eu gostaria,
605 virtualmente ela esta na minha cabeça mas eu não tenho tempo para descreve-la se a senhora aceitar essa proposta
606 virtual eu encaminho essa proposta de discussão da mineração e do zoneamento do lago para a Câmara Técnica de
607 mineração.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “ Eu só vou pedir para passar aqui para o Rafael só para a gente dar
608 uma, que todos sabem aqui que a intenção da FEPAM e na verdade a gente vem tratando sempre já dès do começo do
609 ano de se estudar de novo a mineração no lago Guaíba enfim é um dos pontos que ali o Presidente e o pessoal técnico
610 vêm já nessa frente, então eu peço para o Rafael dar um relato de como é que esta essa situação.” **Sr. Rafael**
611 **Volquind-FEPAM:** “ Importante esclarecer que existe um grupo técnico formado pela Secretaria do Meio Ambiente
612 designado pela Secretária do Meio Ambiente composto por gente da FEPAM do Departamento de Recursos Hídricos e
613 de entidades externas também, inclusive o Comitê do lago Guaíba para tratar da questão da avaliação da possibilidade
614 da viabilidade de extração de areia no lago Guaíba eu encaminho como proposta presidente que nós trazamos pode
615 ser na próxima reunião alguém para dar explicação do funcionamento desse grupo técnico, como que ele est
616 trabalhando e onde que ele quer chegar e o que já avançou fazer uma explanação para a Plenária do conselho, da
617 mesma forma o que nos podemos trazer nos devemos trazer, essa questão do Zoneamento Econômico do Rio Jacuí,
618 Zoneamento Ecológico Econômico do Rio Jacuí e trazer a apresentação do termo de referencia que passou por
619 audiência publica em 2013 e foi aprovado já foi encaminhado inclusive pela licitação com insucesso na licitação nos
620 podemos trazer aqui e apresentar o termo de referencia para que todo mundo conheça o escopo e saiba do que
621 realmente ele esta tratando se tem prospecção ou se não tem prospecção se tira todas as duvidas num momento e a
622 outra questão referente a Câmara de Mineração, se a Câmara já existe, já tem os componentes designados as
623 representações que apenas seja para solicitar e ser sugeridas as pautas aqui e encaminhadas para a Câmara para que
624 a Câmara comesse a fazer as discussões.” **Sr. Walter Alexandre Rizzo Fichtner- FIERGS:** “ Eu queria só
625 complementar esse que eu falei e o Rafael só ratificou, essa comissão que foi criada pela Secretária, não estou aqui
626 desqualificando absolutamente, mas eu acho que a Câmara Técnica de Mineração que tem o fórum muito maior e
627 congrega uma serie de entidades como o CREA, FARSUL como outros que eu não me lembro aqui estou sem a
628 relação, a Sociedade de Engenharia, Secretaria Meio Ambiente, eu acho que quanto mais qualificado para poder
629 analisar e servir essa comissão que esta dando esse apoio poderia trazer que nem o Prefeito na Câmara de
630 Planejamento, ser um Comitê de apoio para trazer mas que o assunto ficasse dentro do CONSEMA, como plano de um
631 CONSEMA a Câmara Técnica qual é a visão que eu tenho, ela tem que ser um instrumento de apoio, como disse
632 Eduardo não dá para a gente debater tudo aqui, não dá para trazer uma pauta já com uma resolução, olha teremos
633 uma pauta tal com a, sem ouvir as partes envolvidas e como eu disse tem assuntos assim que eu toquei de forma bem
634 suscita nos temos duas folhas de pauta de coisas que estavam sendo já tratadas e que pararam e outras que surgiram
635 em função exatamente do que aconteceu com o Jacuí pela eminencia de acontecer em outras áreas, nos precisamos
636 criar com uma decisão de tratamento estratégico, áreas de mineração dentro do Estado do Rio Grande do Sul senão
637 não vai haver desenvolvimento, sem brita e sem areia não se faz uma escola, saneamento, não se faz absolutamente
638 nada o município que não tem estopeto desenvolve menos do que o município que tem estopeto, então tem uma serie
639 de fatores que podem ser agregados que eu acho que isso tem que estar na mão do CONSEMA e não em uma

640 comissão separada, ela pode servir como instrumento de apoio e tem que servir como instrumento de apoio que foi
641 criado mas eu acho que o CONSEMA tem que ter esse controle, essa visão.” **Sr. Ivo Lessa-FARSUL:** “ Eu entendo que
642 a Câmara Técnica ela pode sim e deve ser o centro de discussão dessas questões, até porque Secretária, Presidente
643 do CONSEMA se nos formos as demandas são, o Valter mesmo falou e a gente tem recebido as demandas são muito
644 fortes de vários setores, locais, então se a gente ficar assim discutindo aqui dentro somente a questão da mineração do
645 Guaíba que é extremamente enorme a discussão, nos vamos deixar de estar atendendo outras demandas e dai os
646 setores começam a pressionar e daqui a pouco a gente vai estar discutindo em 10 locais diferentes uma reunião de
647 algum setor ou direto com FEPAM ou outra Secretaria, eu acho que se a gente abrisse essa discussão dentro da
648 Câmara Técnica com a pauta pode ser podendo convoca-la na reunião da Câmara Técnica trazer a pauta para a
649 discussão e ai sim elencarmos assim, qual pauta e definirmos cronogramas prioritários dentro da Câmara Técnica para
650 ir atingindo e ai os setores assim a gente consegue mais ou menos ter uma discussão mais tranquila dentro dos setores
651 que acabam pressionando e a gente sabe muito bem que tem muita gente quer minerar em continentes também, então
652 eu acho que isso é importante se a gente pudesse dentro da Câmara Técnica discutirmos, abrir a Câmara Técnica
653 termos uma pauta e discutirmos e ai sim criarmos uma prioridade de assuntos e ai eu concordo porque a gente vai
654 atendendo ponto a ponto e não vamos atropelar processo nenhum acho que tudo converge para uma situação para
655 tentar solucionar uma situação total para toda essa questão de mineração.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “
656 Não eu só retomando aqui o que a gente tinha discutido aqui em regimento interno, eu acho que ate a gente vai ter que
657 pensar isso de novo no grupo ali, talvez a pratica demonstre que não vai ser a melhor sistemática e o que se tem
658 pensado e de ir para a Câmara Técnica uma proposta mais concreta, antes nos tivemos um exemplo que não seria o
659 caso, agora estamos tendo outro exemplo de que vai um assunto enfim, o que esta se formando no grupo é um pouco
660 diferente, ainda não esta no atual regimento, eu não sei enfim como é que se encaminharia algo genérico lá para a
661 Câmara Técnica, o que aconteceu por exemplo na de Gestão Compartilhada com a 288, o assunto foi a Câmara
662 Técnica, eu quero discutir mais isso ai voltou para o CONSEMA, o CONSEMA ok isso aqui vai ser pauta, quem sabe a
663 gente faz um encaminhamento mais ou menos assim, hoje vai o assunto aqui, a questão da mineração do lago Guaíba,
664 a Câmara Técnica se reúne claro o grupo pode falar o que quiser ali não vai ter, não vai ser proibido falar nada ali que
665 daqui a pouco mais discute mesmo as probabilidades e vem para o CONSEMA, A Câmara Técnica acha que a
666 prioridade é essa, essa, aprovado, aprovado eu acho que ficaria mais, contemplaria todo mundo ai, vamos votar? A
667 proposta então por chamar a Câmara Técnica de mineração para discutir inicialmente a mineração do lago Guaíba e
668 formar uma pauta ai de prioridades para voltar para o CONSEMA, quem é favorável à proposta? Contrários?
669 Abstenções? Aprovado por unanimidade.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf-FGCBH:** “Secretária, eu ainda acho que seria
670 importante a gente colocar na pauta da próxima reunião a sugestão do Rafael de trazer o resultado do Grupo de
671 Trabalho para conhecimento nosso, o andamento do Grupo de Trabalho para a gente ter conhecimento aqui na
672 Plenária.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “Ate questiono se não seria adequado fazer na Câmara Técnica, ate
673 pelo tempo da Plenária, ou quem sabe ele vai lá à Câmara Técnica já que esse é o assunto da Câmara Técnica ele vão
674 ter que lá de qualquer forma, Não mesmo o Rafael nem faz parte do grupo esse, a Câmara Técnica provavelmente se
675 reúna antes da próxima Plenária, então fazemos na Câmara Técnica, assuntos gerais alguma inscrição?” **Sra. Lisiane
676 Becker-Mira-Serra:**” Primeira questão, não poderia me furta quanto representante da PDEMA e me manifestar, sobre o
677 projeto de lei 300 que hoje de manhã encheu a Assembleia Legislativa no Dante Barone, então deixar aqui a nossa
678 posição de retirada, pedido de retirada da PL 300, não podemos deixar de colocar isso na ata e a segunda questão é
679 pedir também para esse conselho a vinda da exposição do Plano Energético Estadual estou bastante preocupada com
680 isso porque os municípios estão sendo a colocar proposições, sugestões para uso de energia na sua região
681 aparecendo propostas eu fui buscar o que esse Plano Energético Estadual eu não achei, ouve consultas regionais e
682 tem relação com o Estado, com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Bio sustentável, eu fiquei pensando, mas
683 nos não sabemos nada aqui? Não passou nada por aqui? Esta tramitando inclusive com apoio ao carvão como matriz e
684 no próprio site fala dessa relação com o SEMA, mas nos aqui no CONSEMA não temos nada, então eu gostaria que
685 fosse trazido para uma apresentação aqui também, da Secretaria responsável por esse plano antes que seja, porque
686 nós vamos ter um Plano Estadual para energia que nós desconhecemos, essa proposta justamente área migratória tem
687 muitas coisas que tem que ser considerada no plano e não só a matriz de energia que é para cada região, então acho
688 bastante impertinente que a gente traga porque amanhã é o prazo dos municípios apresentarem propostas para suas
689 próprias regiões, então pegou assim bastante surpresa eu estou vendo também que pegou mais gente de surpresa, eu
690 gostaria de trazer isso para cá antes que seja aprovado, porque eles querem aprovar ano que vem e nós estamos na
691 metade do ano e por fim lembrar sobre a questão da Câmara Técnica de Planejamento Ambiental que nos precisamos
692 de um requerendo da Plenária sobre termo de referência do zoneamento que nos estamos acompanhando.” **Sr. Artur
693 Lemos-SME:** “Só manifestar a respeito Plano Energético que ele esta sendo conduzido pela Secretária de Minas e
694 Energia e na verdade ele não vai contempla questões ambientais ele esta identificando quais são os energéticos
695 disponíveis no Estado e no caderno de propostas o que esta sendo solicitado para os municípios é identificar, os
696 municípios identificam que ele tem o potencial de crescimento e fazer parte deste documento mas não é um documento
697 por exemplo que ele vai ser imperativo e colocar em pratica aquilo que esta ali, ate porque um documento muito mais
698 de consulta para elaboração posterior a sim de estudos ambientais, de investimentos do que qualquer outra questão

699 foram feitas 19 reuniões em todo o Estado através dos COREDS, foram reunidos os COREDS e foram capitaneadas as
700 reuniões ele já esta em fase de finalização dos textos para encaminhamento para editoração e tudo mais então na
701 verdade é mais um identificação que o Estado não tem hoje em um documento único quais são os seus energéticos
702 disponíveis, você conversa com um, acredita que tem alguns e outros por exemplo o xisto vai estar nele ocorre que não
703 estará nele escrito que o xisto vai ser dado no ano tal ou vai ser feito um estudo para aplicar o uso do xisto, não vai se
704 identificar que se existe o xisto, quem quiser pode consultar o Plano Energético do Estado de São Paulo um dos nossos
705 nortes que a gente esta seguindo e o plano ali demonstra na verdade é uma identificação e demonstração para
706 sociedade do que o Estado dispõe mas não um documento que vá nortear já aplicação imediata ele não tem aplicação
707 imediata.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “Eu não sei mas seria possível, tem alguém que coordena esse
708 trabalho seria possível a gente agendar uma apresentação ao conselho? Acho que é possível né? Ai ouve o pessoal
709 para ver se tem alguma contribuição é bom na verdade o planejamento econômico já vá ouvir a parte ambiental e me
710 parece razoável claro que eu sei que não vá contemplar fundo de estudo parte ambiental, mas talvez, nas etapas já
711 esta sendo fechada? De repente faço o convite formal, ai contemplamos que venha o coordenador fazer a
712 apresentação do trabalho, fica contemplado o pessoal aqui acho que não tem problema, microfone Eduardo lá no
713 fundo.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf-FGCBH:** “Na quarta feira foi instalada a Câmara Técnica Permanente de
714 Planejamento Ambiental aonde se fez a discussão em relação às questões da Mata Atlântica e se deliberou de se criar
715 um grupo de trabalho para fazer um levantamento de legislações e procedimentos diversos lances que tem á ver com a
716 Mata Atlântica para se fazer um documento um procedimento um manual, alguma coisa e num segundo momento foi
717 discutido a questão do Zoneamento Ecológico Econômico que foi revogada a Câmara Técnica Provisória com essa
718 atribuição sendo expressa para a Câmara de Planejamento Ambiental e ontem na discussão então surgiu uma duvida,
719 que a exigência digamos do CONSEMA conhecer o termo de referencia, discutir o termo de referencia da contratação
720 que esta em licitação e ai a duvida que surgiu é isso se a SEMA se propõe a fazer a apresentação desses termos de
721 referencia e do andamento que esta o Zoneamento Ecológico Econômico se ele faria lá na Câmara Técnica
722 Permanente ou se a Plenário o conselho gostaria que fosse feito primeiro aqui na Plenária para ter conhecimento na
723 Plenária em relação ao andamento do Zoneamento em termo de referencia e depois para a Câmara Técnica, então a
724 Câmara Técnica esta necessitando dessa deliberação da Plenária se pode se apresentar direto lá na Câmara ou a
725 Plenária entende necessária essa apresentação ser feita aqui?” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “É bom, vou
726 botar para discussão na verdade a Câmara Técnica essa é bem representativa, essa do Planejamento ela tem bastante
727 membros, poderia se dar no âmbito da Câmara também esse acompanhamento já na próxima reunião ordinária e ser
728 colocado como ponto de pauta mas daí eu não sei se tem uma outra manifestação se traz primeiro aqui para vocês,
729 alguma inscrição? Não sei qual é, a tua posição é a Câmara Técnica né Eduardo? Marion.” **Sra. Marion Luiza
730 Heinrich-FAMURS:** “É só uma sugestão que poderia ser feito na Câmara Técnica e comunicado aos conselheiros do
731 CONSEMA porque os que tiverem interesse vão assistir, não sei uma sugestão.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:**
732 “Porque dai fica o encaminhamento formal também dessa questão para essa Câmara Técnica ali, não sei se ainda
733 temos quórum, ainda temos? Então tá mais algumas manifestação com relação a isso? Eu vou então encaminhar
734 seguindo a sugestão que o acompanhamento do Zoneamento Econômico Ecológico seja feito pela Câmara Técnica ai
735 na próxima reunião a SEMA faz a apresentação de como esta esse projeto e avisa na convocação da Câmara Técnica
736 vai ser ciência aos conselheiros, quem é favorável a essa proposta? Contrários? Abstenções? Então também por
737 unanimidade, mais algum assunto geral ai? Não? “Então declaramos encerrada, muito obrigada.” Não havendo nada
738 mais a ser tratado encerrou-se a reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos. Foi lavrada a presente Ata que
739 deverá ser assinada pela Presidente do CONSEMA.